**Yanomamis: o papel do autoritarismo e dos militares**

Bióloga que atuou na **[Funai](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625217-funai-e-retomada-por-lideres-indigenas" \t "_blank)** e no **ministério do Meio Ambiente** relata o desmonte das políticas e espaços de participação indígena nos dois órgãos. **Ideologia anti-indígena** do **Exército** teve papel destacado no processo. Aí preparou-se a tragédia.

A reportagem é de **Gabriel Brito**, publicada por **Outra Saúde**, 25-01-2023.

O Brasil ainda busca compreender a magnitude da tragédia dos **povos Yanomami** sob o assombro das imagens de seus corpos descarnados, que trouxeram à memória as piores imagens já produzidas pela humanidade. No entanto, ao tomar ar e analisar friamente como se chegou a isso, constata-se que não há motivos para surpresa.

No mesmo sábado em que destituiu um comandante do exército, **Lula** declarou **Emergência de Saúde na Terra Indígena Yanomami** (**TIY**), a qual visitou, para depois fazer declarações enfáticas de condenação a **Bolsonaro** por sua política ideologicamente genocida, como se verá adiante. “Mais que uma **[crise humanitária](https://www.ihu.unisinos.br/625468-nas-terras-yanomami-jovens-indigenas-estao-deixando-suas-aldeias-para-trabalhar-no-garimpo-ilegal" \t "_blank)**, o que vi em **Roraima** foi um **genocídio**. Um **crime premeditado contra os Yanomami**, cometido por um governo insensível ao sofrimento do povo brasileiro”, declarou o presidente em seu twitter.

Por sua vez, o **ministério da Saúde** anunciou que enviará a **Força Nacional do SUS para a TIY**. Com 2,5 mil inscritos até dezembro, a **FN-SUS** viu o número de voluntários saltar em 700% e já conta com 19,4 mil inscritos. O ministério já enviou uma primeira equipe de 12 profissionais, entre médicos, enfermeiros e emergencistas. Além disso, cerca de 70 **crianças yanomamis** estão internadas em hospitais. Segundo **relatório** do[**ministério dos Povos Originários**](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625228-como-funcionara-o-inedito-ministerio-dos-povos-indigenas), 570 crianças morreram de causas evitáveis nos últimos quatro anos, quando o cerco garimpeiro se tornou massacrante.

“(Com o então **ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles**), as políticas ambientais sofreram um golpe ainda mais duro. **Salles** falava abertamente em **juntar o ministério do Meio Ambiente com o da Agricultura**. A ideia deles era mesmo destruir, entraram com muita sede ao pote. No primeiro ano, ainda patinaram um pouco, pois estavam entendendo o funcionamento da máquina pública. Eles colocaram ministros e dirigentes muito **conservadores**, **anti-indígenas**, mas algumas pessoas da área técnica permaneceram em lugares-chave, tanto na **Funai** (**Fundação Nacional dos Povos Indígenas**) quanto no **ministério do Meio Ambiente**. Depois veio um decreto que revogou todos os colegiados de participação da sociedade civil, inclusive o **[Conselho Nacional de Política Indígena](https://www.ihu.unisinos.br/625191-conjuntura-indigenista-de-2022-e-as-perspectivas-com-um-novo-governo" \t "_blank)**”, explicou **Maira Smith**, s**ervidora da Funai** com experiência na pasta de Meio Ambiente.

**Maira** se refere ao **Decreto 9.759**, um verdadeiro **revogaço de Bolsonaro**, que extinguiu centenas de conselhos sociais com espaço para participação da sociedade civil. Elucidativo do caráter ditatorial e excludente do projeto político do capitão, **o** [**decreto foi revogado por Lula**](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625215-revogaco-de-lula-na-area-ambiental-e-reconstrucao-do-zero-diz-especialista) logo em 1º de janeiro. Mas os estragos causados não poderiam ficar na bruma da desinformação e da má fé do Estado brasileiro para sempre.

Má fé, pois não faltaram avisos da**tragédia no território indígena**, como contou em seu twitter **Mario Bonsaglia**, **membro do Ministério Público Federal** que atuava na região relacionada à TIY. “Saímos com a impressão de que uma ação mais efetiva do Exército não ocorria porque dependia de ordens de Brasília – e essas ordens não vinham. Iniciativas foram tomadas subsequentemente no âmbito da **6ª Câmara do MPF** para aglutinar o apoio de diversos órgãos do Executivo (**Funai**, **PF**, **Casa Civil**, **ministério da Defesa** etc) para dar pleno cumprimento a decisões judiciais obtidas pelo**MPF**, mas não tiveram o êxito desejado. Desde então, decorridos três anos, não obstante os inúmeros e persistentes esforços e a atuação da **Procuradoria da República em Roraima**, a situação piorou muito, como todos estamos vendo”.

Aqui,**Bolsonaro** não pode ser acusado de mentiroso. Sua fraseologia **racista** e **[anti-indígena](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/625780-a-igreja-de-roraima-ficou-junto-aos-povos-indigenas-contra-tudo-e-contra-todos-e-tem-pago-um-preco-muito-caro-entrevista-especial-com-dom-roque-paloschi" \t "_blank)** é amplamente conhecida e foi mote de sua campanha de 2018. Se buscamos no tempo as raízes de seu pensamento, veremos que o então deputado, no longínquo 1993 e mesmo sob o espírito de mudanças da **Eco-92**, já apresentava projeto de desafetação dessas **terras indígenas**.

Suas ideias têm lastro nas **Forças Armadas** que o formaram. De lado a lado, circula o **livro** do c**oronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto**, intitulado **A Farsa Yanomami**, publicado em 1995 pelo próprio Exército. Basicamente, a obra defende a tese de que a**terra indígena** é um território vazio e sua proteção da exploração econômica é uma abstração criada por ONGs internacionais, que no fundo estariam a serviço de obscuros interesses estrangeiros sobre a**Amazônia**, com o fito de bloquear o desenvolvimento nacional.

A tese, essa sim uma farsa, ignora toda a produção antropológica e indigenista moderna e desconhece o próprio modo de vida deste e outros povos indígenas. Trata-se de uma etnia de contato recente com a civilização, cujo modo de vida, em determinados momentos, produziu deslocamentos pelo território amazônico, inclusive pela violência de outros agentes. Mas sua estada no atual território é estável no tempo.

“Se antes a**ditadura militar** falava em soberania, agora [**os militares**](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618588-militares-querem-o-aparelhamento-do-estado-entrevista-com-piero-leirner) abriram totalmente as pernas ao capital”, analisa **Maira Smith**, que não tem dúvidas em afirmar que o discurso nacionalista foi usado com fins diversos.

Má fé também de **Damares Alves**, ministra dos Direitos Humanos que recebeu alertas sobre a necessidade de água e comida na TIY, mas, não aprovou o envio dos insumos porque “os indígenas não haviam sido consultados”.

Dessa forma, **Bolsonaro** e sua política de espoliação e morte são filhos legítimos da **ditadura militar** e seus pretensos continuadores. E os **militares** de hoje são inequívocos mentores intelectuais de toda este crime de lesa-humanidade.

“Não tem como não tirar essa conclusão. Em 2019, o**MP** entrou com processo contra o governo porque as lideranças indígenas, especificamente as**yanomami**, já alertavam sobre os problemas. Vale destacar que os **Yanomami** são um grupo, dentro da classificação indigenista usada pela **Funai**, de recente contato. Alguns indígenas nem falam português. Existem povos isolados, sem contato permanente com a sociedade nacional, assim como há os de recente contato, que por isso são mais vulneráveis, a exemplo também dos povos do **Vale do Javari**, onde houve a tragédia com o[**Bruno Pereira** e o **Dom Philips**](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/619362-dom-phillips-e-bruno-pereira-foram-vitimas-de-emboscada-denuncia-indigena-a-amazonia-real)”, explicou a servidora.

Tanto na **Funai** aparelhada por militares e tomada por **[interesses anti-indígenas](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/623333-congresso-sera-antiambiental-e-contra-povos-indigenas-em-2023" \t "_blank)** como no Meio Ambiente de [**Ricardo Salles**](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/608557-ricardo-salles-13-fatos-que-fazem-do-ministro-ameaca-ao-meio-ambiente-global), **Maira Smith** viveu o desmonte e sua crueldade em dose dupla.

**Eis a entrevista.**

**Como foi sua experiência na Funai ao longo desses anos e como ela pode nos ajudar a compreender os fatores que produziram a tragédia dos yanomami?**

Eu sou bióloga de formação e vivi uma interface do indigenismo com o ambientalismo. Comecei a trabalhar no **ministério do Meio Ambiente** (**MMA**) em 2001, num programa financiado pelo G-7, ainda no espírito da**Eco-92**. Apoiávamos indígenas em projetos de gestão ambiental, em especial na**Amazônia** e mais especificamente com a **COIAB** (**Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira**), braço do **movimento** **indígena da Amazônia**.

Em 2012, saí de forma temporária do **MMA** para fazer um doutorado, no qual trabalhei no **Parque Indígena do Xingu** e no processo de domesticação do **pequi**, um fruto do**Cerrado**. Depois passei num concurso da**Funai** e fui trabalhar lá onde sempre trabalhei, na coordenação geral de gestão ambiental, com essa interface.

Quando entrei na Fundação, foi decretada a **Política Nacional de Gestão Ambiental e de Terras Indígenas** (**PNGATI**), uma política transversal, que trata de vários temas, como a gestão territorial das terras indígenas, saúde, educação, regularização fundiária…

A **PNGATI** era uma política com muita participação indígena, de todas as regiões do Brasil, paritária, com representantes indígenas de todas as regiões do Brasil e servidores, tanto da **Funai** como do **ministério do Meio Ambiente**, onde acompanhávamos questões que afetam povos indígenas, como empreendimentos que impactam as terras indígenas, a exemplo do que ocorre agora na **Terra Indígena Yanomami**.

**E o que aconteceu nos últimos anos, em especial nos quatro anos sob a presidência de Bolsonaro?**

Claro que com **Bolsonaro** a mudança foi muito radical, mas começou a desandar a partir da**gestão de Michel Temer**. Nosso trabalho era mais conectado com a **PNGATI** e políticas públicas ambientais, a grande demanda do movimento indígena.

Antes, tivemos grandes avanços em questões de governança, é a principal diferença. Foram criados ou reestruturados vários colegiados de políticas públicas, no caso mais específico com as políticas ambientais e com participação indígena. Como falei, na **PNGATI** tinha esse comitê gestor e a nossa ideia era trabalhar dentro do serviço público, viabilizando a participação qualificada dos representantes indígenas nesses espaços de discussão.

Além do comitê gestor da PNGATI, uma conquista importante do **movimento indígena**, havia a**Comissão Nacional de Política Indigenista** (**CNPI**), criada em 2006, e transformada num conselho deliberativo em 2015, depois de bastante reivindicação.

Quando Temer assumiu, o conselho foi esvaziado, o ministério da Justiça atuou para reduzir a possibilidade de participação e essa governança começou a atuar de uma forma muito mais lenta. Ainda assim, a gestão Temer teve uma diferença importante em relação à de **Bolsonaro** no meio ambiente. O**MMA** ficou na mão de **Sarney Filho**, que apesar de tudo tinha mais sensibilidade para questões ambientais.

Nessa época fui cedida pela **Funai** ao **MMA** para trabalhar com a questão do patrimônio genético, ou seja, a biodiversidade, conhecimentos tradicionais dos povos associados a esses recursos genéticos, comunidades tradicionais e familiares, que alguns chamam de bioeconomia.

Com **Ricardo Salles**, as políticas ambientais sofreram um golpe ainda mais duro. **Salles** falava abertamente em juntar o**MMA** com o **ministério da Agricultura**, falava em tom de ameaça, que íamos nos arrepender de algumas coisas. Era uma política de destruição. A ideia deles era mesmo destruir a máquina, entraram com muita sede ao pote. No primeiro ano, ainda patinaram um pouco, pois estavam entendendo o funcionamento da máquina pública. Eles colocaram ministros e dirigentes muito conservadores,**anti-indígenas**, mas algumas pessoas da área técnica permaneceram em lugares-chave, tanto na**FUNAI** quanto no **ministério do Meio Ambiente**.

Depois veio o **decreto 9.759**, de 11 de abril de 2019, que revogou todos os colegiados de participação da sociedade civil, inclusive o **CNPI**. Alguns desses instrumentos foram criados por decreto e precisavam de regulação em lei para não serem extintos. Assim, já em 2019 eles conseguem minar a participação indígena em políticas públicas. E vem o apagão de dados. Neste contexto, começa uma perseguição a membros da **Funai**, do **Ibama** (**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**), e a partir da pandemia, como ficou famoso na fala de **Ricardo Salles** naquela reunião ministerial (22/4/2020), era hora de “passar a boiada”. Aí a necropolítica se intensificou.

Nisso, fui indicada para acompanhar um processo do **Ministério Público** sobre os**Yanomami**, que questionava governo,**Funai** e ministérios sobre as invasões de garimpeiros. O governo não queria enviar ninguém, mas acabei indicada para participar da reunião, o que até surpreendeu membros do **MP** que me conheciam. A ideia era fazer uma força tarefa de desintrusão e tirar os **garimpeiros** da**TIY**, mas**Bolsonaro** nunca quis isso, ele falava abertamente da mineração, **contra** **demarcação de terra indígena**…

O **MP** afirmava que a força tarefa devia não só fazer a desintrusão, mas também construir postos de **vigilância**, de **fiscalização** etc. Nas reuniões de que participei, os dirigentes se ocupavam, basicamente, de oferecer justificativas para sua falta de ação, uma vez que tomar as providências solicitadas pelo **MP** não eram do interesse.

Neste processo, há a [militarização](https://www.ihu.unisinos.br/618588-militares-querem-o-aparelhamento-do-estado-entrevista-com-piero-leirner" \t "_blank) da máquina pública e de órgãos como esses em que você trabalhou. Ao mesmo tempo, curiosamente, o cerco aos **territórios indígenas** ou **áreas de preservação** aumenta.

De fato, houve uma **[militarização](https://www.ihu.unisinos.br/625675-em-edicao-o-brasil-so-teve-20-anos-com-os-militares-fora-da-politica-entrevista-com-octavio-amorim-neto" \t "_blank)**, alguns cargos foram distribuídos entre militares, por exemplo o**ICMBio** (**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**), vinculado ao **ministério do Meio Ambiente**, foi totalmente passado às mãos da **polícia militar**. É curioso mesmo porque se antes a**ditadura militar** falava em soberania, agora os militares abriram totalmente as pernas ao capital.

No caso da **Funai**, isso foi aumentando, mas a **[militarização](https://www.ihu.unisinos.br/625707-em-edicao-militares-guardioes-do-extrativismo-na-america-latina-artigo-de-raul-zibechi" \t "_blank)** já vinha de antes, vinha da época do **governo Temer**. Havia um general que se dizia indígena, tinha mais sensibilidade. Quanto à proteção, nada, agiram contra o interesse nacional e em favor de interesses específicos.

A **Funai** é ligada ao **ministério da Justiça**, que por sua vez também abarca a **PF**, e seu presidente era delegado da **Polícia Federal**. Devia combater atividades ilegais, mas usou todo o seu prestígio para fazer o contrário. Claramente há um envolvimento da **Funai** sob essa gestão no sentido de fazer vista grossa a**atividades ilegais**, esforços para desregulamentar presença de estrangeiros, arrendamento de terra indígena, liberação de transgênicos, promoção de manejo florestal madeireiro dentro de terras indígenas… Enfim, ajudou a passar a boiada.

Tudo isso explica a leniência em proteger a **TIY**, garantir segurança, proteção ambiental, acesso à saúde, alimentos. Isso associado aos inúmeros alertas de **MP** e até **STF** de desintrusão da terra, parece tornar impossível não concluir que houve participação do governo nisso que agora choca a sociedade.

Esses povos são mais vulneráveis. Entre outras coisas porque a **TIY** é muito longe, as dificuldades de acesso a coisas como serviço de saúde são mais complicadas. E aqui observo que os militares têm um privilégio, pois têm melhores condições de acessar tais áreas. Foram muitas denúncias e o governo alegava que não podia fazer nada, usava a pandemia como escudo.

Soma-se a isso o **[apagão de dados](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625781-yanomamis-em-pele-e-ossos-chocam-o-mundo" \t "_blank)**, **desmonte de órgãos** como a **Sesai** (**Secretaria de Saúde Indígena**), diminuição de estruturas e equipes de tais instituições, em especial em áreas mais longínquas… Ao mesmo tempo, os membros do governo tinham acesso privilegiado e começaram a manipular as informações. Seguravam informações, enquanto a**Funai** perdia estrutura, e aqui novamente temos o exemplo do **Vale do Javari**. Os militares tinham acesso a tais regiões, mas as equipes técnicas de órgãos relacionados a tais questões, não.

**Isto é, o que houve com os yanomami não está isolado do contexto nacional e o**[governo Bolsonaro](https://www.ihu.unisinos.br/categorias/624453-bolsonaro-encerra-governo-com-alta-de-60-no-desmate-na-amazonia" \t "_blank)**criou as condições para tais tragédias, nesta e outras terras indígenas?**

Não está isolado. O que está acontecendo é um drama que ganhou projeção mundial, mas basta lembrar o que houve no Vale do Javari. O crime organizado, principalmente em áreas de fronteira, se apossou de terras indígenas e tem realizado várias atividades ilegais. Garimpo, tráfico, disputa entre facções em áreas de fronteira, tudo isso tem contribuído muito para situações calamitosas e tragédias como essa dos **Yanomami**.

Outros povos menos vulneráveis também estão com suas condições de saúde, acesso a alimentos, problemas ambientais e segurança ameaçadas. Isso é de uma maneira generalizada e, considerando o apagão de dados, ainda deveremos nos surpreender com novas informações que ainda não conhecemos.

Para finalizar, gostaria de destacar a importância de retomada dos colegiados e instrumentos de participação indígena. Em especial nas **terras indígenas**, isso é muito importante. Boa parte do que o governo anterior conseguiu produzir de estragos tem a ver com isso. Muitos dados e informações sobre a situação das**terras indígenas** são fornecidos pelos próprios povos que habitam tais áreas, por isso a importância de sua participação no governo.

<https://www.ihu.unisinos.br/625839-yanomamis-o-papel-do-autoritarismo-e-dos-militares>